

## A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NOS TRÊS PRIMEIROS CICLOS DO MECANISMO DA REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL DA ONU

PEREIRA, Bruna Leticia Marinho – brrunaleticia@hotmail.com Bolsista PIBIC do curso de Relações Internacionais da UFGD – Dourados  
DOS ANJOS, Leonardo Marques – leoanhos\_012@Hotmail.com Acadêmico do curso de Ciências Econômicas da UFGD - Dourados

### 1 – INTRODUÇÃO

A principal mudança trazida pela substituição da Comissão pelo Conselho foi a implementação da chamada Revisão Periódica Universal (RPU), estabelecida no dia 15 de março de 2006 pela resolução 60/250 da Assembleia Geral. O propósito dessa revisão é verificar, inclusive com a participação do próprio Estado e com a contribuição de ONGs de direitos humanos, o cumprimento dos acordos e obrigações internacionais, ou seja, o mecanismo viabiliza que todos os Estados membros da ONU tenham suas situações de direitos humanos revisadas a cada quatro anos e meio, que é a duração de um ciclo.

Esta pesquisa está delimitada à análise da atuação do Brasil, como país revisado, no mecanismo da Revisão Periódica Universal da ONU.

### 2 – OBJETIVOS

- Analisar a atuação do Brasil, como país revisado, no mecanismo da Revisão Periódica Universal da ONU.
- Analisar como foi o desempenho do Brasil no processo de negociação do mecanismo da Revisão Periódica Universal, fazendo um balanço a respeito da atuação brasileira nos anos de 2008, 2012 e 2017.
- Identificar quais foram as principais recomendações recebidas pelo governo brasileiro e compreender as intermediações a respeito da posição brasileira nas negociações do mecanismo da Revisão Periódica Universal da ONU.

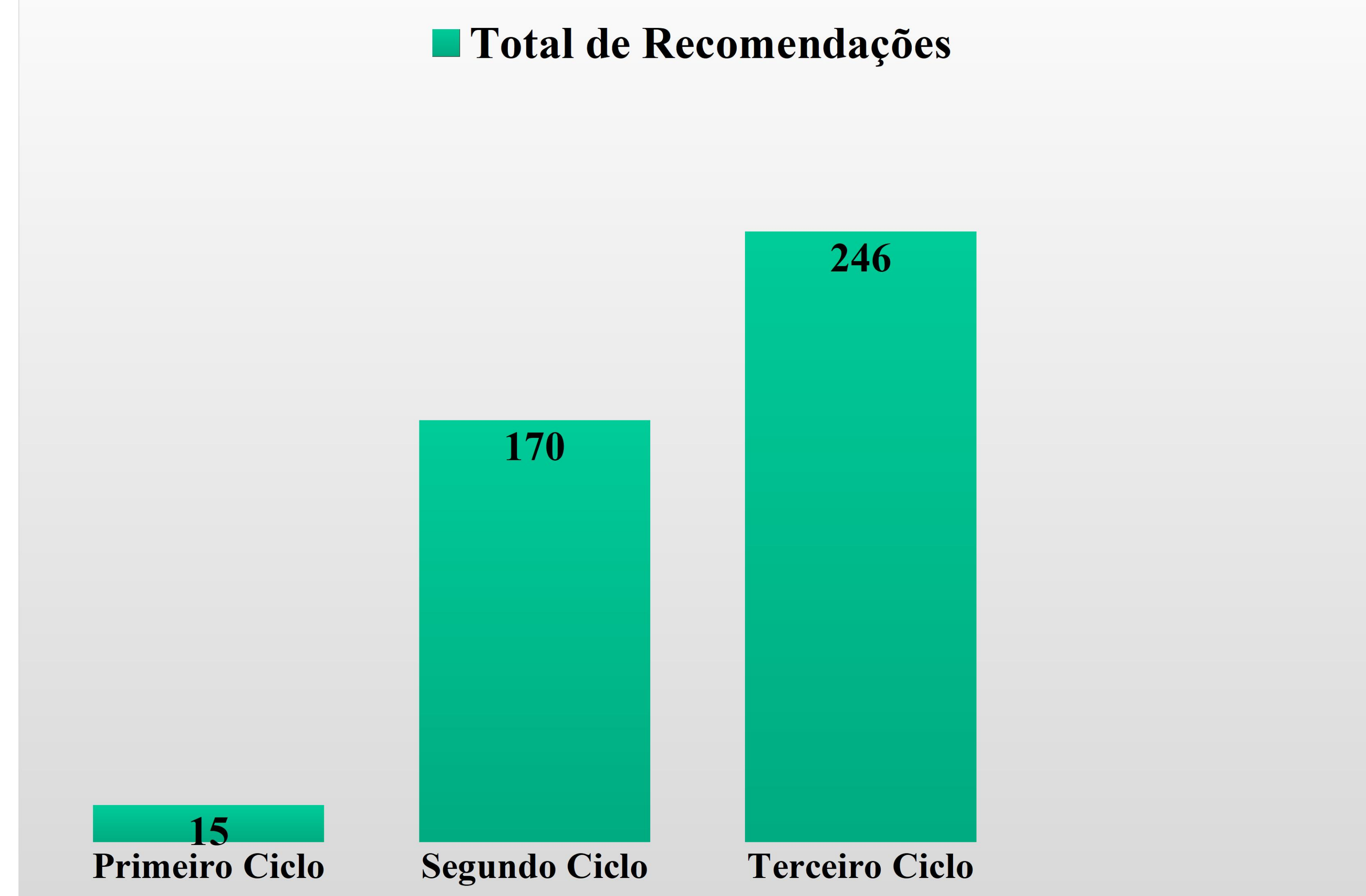
### 3. RESULTADOS

A pesquisa verificou que os Estados que mais fazem recomendações para o Brasil possuem a característica de serem Estados considerados subdesenvolvidos. Também analisou que o mecanismo da Revisão Periódica Universal da ONU possui uma tendência de que Estados menores aproveitam o espaço das discussões para realizarem recomendações de categorias generalizadas para terem uma maior atuação internacional.

### 4. CONCLUSÃO

Ao longo dos ciclos houve um aumento expressivo no número de recomendações recebidas pelo governo brasileiro. E o Brasil enfrenta problemáticas persistentes em relação aos direitos humanos. Assim, os temas mais abordados nas recomendações seriam a respeito dos direitos das mulheres, direitos das crianças, questões dos povos indígenas, defensores de direitos humanos, e, principalmente, em relação ao abuso de poder dos policiais e problemáticas dos presídios.

### RECOMENDAÇÕES DOS TRÊS PRIMEIROS CICLOS



### 5–METODOLOGIA

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa está embasada na análise de documentos e relatórios da ONU, primordialmente da extinta Comissão de Direitos Humanos e do atual Conselho de Direitos Humanos. Também de outras instâncias de direitos humanos que atuam em conexão com o Conselho, como o Escritório do Alto Comissário para Direitos Humanos da ONU, os Comitês de Tratados e Relatores Especiais, todos eles disponíveis na internet.



Realização:

**UFGD**  
Universidade Federal  
da Grande Dourados

**UEMS**  
Universidade Estadual  
de Mato Grosso do Sul

Parceiros:

**CAPES**

**CNPq**  
Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico